



**UNIVERSIDADE
FERNANDO
PESSOA**

O Consumo de Substâncias Psicoativas como Fator de Risco para a Delinquência Juvenil: Uma Abordagem Criminológica

[The Consumption of Psychoactive Substances as a Risk Factor for Juvenile
Delinquency: A Criminological Approach]

Projeto de Graduação

Licenciatura em Criminologia

Beatriz Soraia Matos Baptista

Orientador(es):

Professora Doutora Débora Simões Pereira

Junho, 2025

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

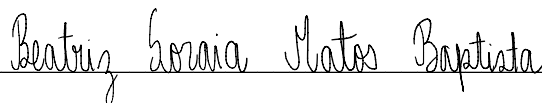
Criminologia

Porto, 2025

Beatriz Soraia Matos Baptista

Projeto de Graduação

O Consumo de Substâncias Psicoativas como Fator de Risco para a Delinquência
Juvenil: Uma Abordagem Criminológica

A handwritten signature in black ink, reading "Beatriz Soraia Matos Baptista", written over a horizontal line.

(Beatriz Soraia Matos Baptista)

Projeto de Graduação apresentado à
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais,
da Universidade Fernando Pessoa, como
parte dos requisitos necessários para a
obtenção do Grau de Licenciado do Curso
de Criminologia, sob orientação da
Professora Doutora Débora Simões Pereira

Dedicatória

Dedico este trabalho à mulher que me tornei,
que transformou dor em força e nunca
desistiu de si, mesmo quando o mundo tentou
fazê-la acreditar que não era capaz.

Agradecimentos

O presente Projeto de Graduação representa o resultado de uma etapa significativa da minha vida acadêmica, construída ao longo de três anos intensos e enriquecedores. Neste percurso, foram muitas as pessoas que, de diferentes formas, contribuíram para a sua concretização e para o meu crescimento pessoal e profissional.

Em primeiro lugar, agradeço à Universidade Fernando Pessoa, pelo ensino de excelência e pelas oportunidades de aprendizagem proporcionadas ao longo da Licenciatura em Criminologia.

À minha orientadora, Professora Doutora Débora Simões Pereira, deixo o meu profundo agradecimento pela orientação rigorosa, pela disponibilidade constante e pelos valiosos conselhos que me ajudaram a estruturar este trabalho. A sua exigência, aliada ao seu apoio, foram fundamentais para a realização deste projeto.

Um agradecimento especial ao Agrupamento de Escolas do Cerco, onde realizei o meu estágio curricular, e a todos os profissionais que me acolheram e permitiram vivenciar de perto a realidade complexa dos jovens em contextos vulneráveis. Esta experiência foi determinante para a escolha do tema deste projeto e reforçou o meu compromisso com a intervenção social.

Agradeço, de forma muito especial, à minha mãe, Marlene Baptista, por nunca me ter deixado desistir, mesmo nos momentos em que eu própria duvidava de mim. O seu apoio constante, a sua força e o amor incondicional foram essenciais ao longo de todo este percurso. Agradeço-lhe por me ter feito acreditar que era capaz, por me ter dado tudo aquilo que ela própria não teve oportunidade de ter, e por ter caminhado ao meu lado com coragem, sacrifício e dedicação. Este trabalho não é apenas meu — é também dela, porque sem a sua presença e incentivo, esta etapa não teria sido possível.

À minha avó, Irene Baptista, e ao meu avô, Américo Ribeiro, agradeço por sempre terem acreditado em mim, mesmo quando eu própria hesitava. Obrigada por exigirem sempre mais, não por dureza, mas porque sabiam que eu era capaz e que podia ir mais longe. Obrigada por terem acolhido o meu choro, os meus medos e as minhas inseguranças, oferecendo-me sempre um colo seguro, feito de amor, paciência e sabedoria. Foram

presença constante, apoio firme e coração aberto em todos os momentos. Este caminho foi percorrido também com a vossa força e o vosso amor, e levo-vos comigo em tudo o que sou e conquisto.

Ao meu namorado, Ricardo Cardoso, por me ter mostrado que era possível reconstruir-me onde pensei que só havia ruína, por me ajudar a olhar para o futuro com esperança, mesmo quando o passado pesava demais. Obrigada por me dares a mão nos dias em que tudo doía, por me abraçares com paciência e por seres o meu porto seguro quando eu já não sabia onde me ancorar. Foste o meu lar durante estes três anos — o lugar onde fui cuidada, ouvida e amada — e serás, sem dúvida, o meu sempre. Obrigada por me fazeres rir no meio do choro, por me incentivares nos momentos em que quis desistir, por corrigires os meus erros com doçura e por nunca deixares que eu me esquecesse de quem sou. Este caminho, com todas as suas dores e conquistas, foi mais leve, mais suportável e infinitamente mais bonito, porque o percorri contigo.

Aos meus amigos, em especial à Joana Fonseca, Catarina Monteiro e Catarina Ferreira, por terem sido, ao longo destes três anos, muito mais do que simples colegas de curso. Fomos o pilar umas das outras — apoiando-nos nos momentos de desespero, celebrando juntas cada pequena vitória e enfrentando lado a lado todos os desafios. Estudámos, chorámos, rimos e crescemos juntas. Criámos uma irmandade verdadeira, feita de partilha, confiança e amor. São mais do que amigas: são irmãs que escolhi levar comigo para o resto da vida, e que guardo com todo o carinho no coração.

Ao meu pai, por me ter abandonado e por ter sido o meu primeiro coração partido. A tua ausência moldou parte de quem sou, ensinou-me sobre dor muito antes do tempo e deixou marcas que carrego até hoje. Mas foi também essa ausência que me empurrou para o caminho que escolhi — foi por ti, e apesar de ti, que decidi estudar Criminologia. Se hoje cheguei até aqui, foi também porque tive de aprender a erguer-me sozinha. Sem ti, talvez eu não tivesse encontrado a minha voz. Por isso, mesmo na dor, há um lugar onde te agradeço. Porque, de alguma forma, foste também impulso — ***e é por isso que esta conquista é, sobretudo, minha.***

Resumo

A relação entre o consumo de substâncias psicoativas e os comportamentos delinquentes juvenis tem sido amplamente discutida na literatura criminológica, dado o impacto que ambos os fenômenos exercem sobre os jovens, as famílias e a sociedade em geral. Esta relação é influenciada por diversos fatores, incluindo condições socioeconômicas, dinâmicas familiares, influência de pares e experiências prévias de exclusão social. A compreensão aprofundada desta realidade torna-se essencial para o desenvolvimento de estratégias eficazes de prevenção e intervenção. O presente projeto tem como principal objetivo analisar de que forma o consumo de substâncias psicoativas pode influenciar comportamentos delinquentes em jovens entre os 12 e os 21 anos. Para tal, foi adotada uma abordagem metodológica mista, combinando a aplicação de questionários a jovens com historial de comportamentos desviantes e entrevistas semiestruturadas a profissionais que trabalham com esta população. Os participantes serão recrutados em centros educativos e casas de acolhimento, apenas enquanto contexto de acesso privilegiado ao fenómeno. Pretende-se, com este estudo, contribuir para uma compreensão mais completa da articulação entre consumo e delinquência, com vista à melhoria das respostas sociais e institucionais destinadas a jovens em situação de vulnerabilidade.

Palavras-chave: Delinquência juvenil; Consumo de substâncias psicoativas; Fatores de risco; Fatores de proteção

Abstract

The relationship between the consumption of psychoactive substances and juvenile delinquent behavior has been widely discussed in criminological literature, given the impact that both phenomena have on young people, families and society in general. This relationship is influenced by various factors, including socio-economic conditions, family dynamics, peer influence and previous experiences of social exclusion. An in-depth understanding of this reality is essential for developing effective prevention and intervention strategies. The main objective of this project is to analyze how the consumption of psychoactive substances can influence delinquent behavior in young people between the ages of 12 and 21. To this end, a mixed methodological approach was adopted, combining the application of questionnaires to young people with a history of deviant behavior and semi-structured interviews with professionals who work with this population. Participants will be recruited from educational centers and foster homes, only as a context of privileged access to the phenomenon. The aim of this study is to contribute to a more complete understanding of the link between consumption and delinquency, with a view to improving social and institutional responses aimed at young people in vulnerable situations.

Keywords: Juvenile delinquency; Consumption of psychoactive substances; Risk factors; Protective factors

Índice

Introdução	1
Enquadramento Teórico	2
Definição de Delinquência Juvenil	2
Conceito jurídico e criminológico de delinquência juvenil	2
Tipologias de crimes mais comuns entre jovens.....	3
Diferenças entre delinquência ocasional e persistente	4
Substâncias Psicoativas e o Jovem Delinquente	4
O que são as substâncias psicoativas?.....	5
Impacto no comportamento e no desenvolvimento do jovem assim como a relação com os comportamentos de risco	5
Teorias Criminológicas Relacionadas.....	6
Teoria da Associação Diferencial	6
Teoria da Anomia.....	6
Teoria do Controlo Social.....	7
Teoria da Rotulação	8
Fatores de Risco Associados ao Consumo e Delinquência	9
Fatores Individuais	10
Fatores Familiares	10
Fatores Escolares.....	10
Fatores Sociais e Ambientais	11
Fatores de Proteção: Como Evitar a Delinquência e o Consumo?	11
O papel da Família	12
O papel da Escola.....	12
A Intervenção Comunitária.....	13
Contribuição Empírica.....	13
Objetivo Geral.....	13

Objetivos Específicos.....	13
Metodologia	14
Metodologia da Investigação	14
Métodos e Técnicas de Recolha e Análise de Dados.....	15
Amostra e Participantes	16
Procedimentos.....	17
Resultados Esperados.....	18
Conclusão	20
Bibliografia.....	22
Anexos	
Anexo A – Apresentação de Projeto à Comissão de Ética da Universidade Fernando Pessoa	
Anexo B – Pedido Formal à Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais	
Anexo C – Pedido de Autorização a Instituição Privada/ Casa de Acolhimento	
Anexo D – Termo de Consentimento do Encarregado de Educação/Responsável Legal	
Anexo E – Questionário para os Jovens	
Anexo F – Guião Semiestruturado para a Entrevista com os Profissionais	

1. Introdução

O presente Projeto de Graduação tem como objetivo analisar o impacto do consumo de substâncias psicoativas, nomeadamente álcool, tabaco e drogas ilícitas, no comportamento delincente dos jovens. O interesse por este tema surgiu ao longo do percurso académico em Criminologia e foi consolidado durante o estágio curricular realizado no Agrupamento de Escolas do Cerco, onde foi possível observar de perto realidades juvenis marcadas pelo consumo precoce de substâncias e por comportamentos de risco associados. Estas experiências permitiram compreender que o uso de substâncias psicoativas pode constituir um fator de risco relevante para a adoção de comportamentos desviantes, funcionando, em muitos casos, como um facilitador da entrada em trajetórias criminais precoces (Hawkins, Catalano & Miller, 1992; Cunha, 2002).

A delinquência juvenil, enquanto fenómeno multifacetado, tem vindo a merecer atenção crescente por parte das ciências sociais e criminais, dada a sua complexidade e as suas implicações a nível individual, social e institucional (Duarte, Almeida & Ferreira, 2015; Negreiros, 2008). Simultaneamente, os dados mais recentes revelam uma tendência preocupante no que diz respeito ao aumento do consumo de substâncias entre adolescentes e jovens adultos, tanto em Portugal como no resto da Europa (ICAD, 2023; EUDA, 2023). Este consumo precoce encontra-se frequentemente associado a contextos de vulnerabilidade social, pressão de pares e ausência de figuras protetoras, potenciando comportamentos de risco e envolvimento em práticas delinquentes.

Neste sentido, o presente trabalho propõe-se a responder às seguintes questões:

- Até que ponto o consumo de substâncias psicoativas aumenta a probabilidade de o jovem desenvolver comportamentos delinquentes?
- Quais os principais fatores de risco que contribuem para esta relação?
- Quais os fatores de proteção que podem atenuar este fenómeno?

Pretende-se, assim, compreender, de forma aprofundada, os mecanismos sociais e individuais que ligam o consumo de substâncias aos comportamentos desviantes. Com base numa revisão teórica da literatura, este projeto procurará também identificar fatores de proteção, como o reforço de vínculos familiares, escolares e comunitários, capazes de

mitigar os efeitos do consumo (Fergus & Zimmerman, 2005; Becoña, 2002). Ao fazê-lo, espera-se contribuir para uma reflexão crítica e interdisciplinar sobre estratégias preventivas mais eficazes e socialmente sensíveis.

1. Enquadramento Teórico

1.1. Definição de Delinquência Juvenil

1.1.1. Conceito jurídico e criminológico de delinquência juvenil

Antes de abordarmos o conceito de delinquência juvenil, é essencial delimitar a faixa etária a que o mesmo se refere. Em Portugal, atualmente, existem dois diplomas legais que regulam o fenómeno da delinquência juvenil, distinguindo-se em função da idade do jovem.

O primeiro diploma é a Lei n.º 166/99, de 14 de setembro, que aprova a Lei Tutelar Educativa. Segundo o artigo 1.º desta lei, a mesma é aplicável a menores com idades compreendidas entre os 12 e os 16 anos, que tenham praticado factos qualificados pela lei penal portuguesa como crime, sendo, no entanto, considerados inimputáveis penalmente (Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro, art. 19.º). O objetivo desta legislação é essencialmente pedagógico, visando a educação do menor para o direito e a sua reintegração social, através da aplicação de medidas tutelares educativas (Lei n.º 166/99, de 14 de setembro, art. 2.º).

O segundo diploma relevante é o Decreto-Lei n.º 401/82, de 23 de setembro, que estabelece o Regime Penal Aplicável a Jovens Delinquentes. Conforme o artigo 1.º deste decreto-lei, o mesmo é aplicável a jovens com idade igual ou superior a 16 anos e inferior a 21 anos, que tenham cometido factos puníveis nos termos do Código Penal. Neste caso, os jovens são penalmente imputáveis, podendo ser sujeitos a sanções penais, embora se prevejam mecanismos específicos que permitam atenuar a resposta penal, tendo em consideração a sua idade e a sua especial situação de desenvolvimento pessoal e social.

O termo “delinquência juvenil” é ainda recente, tendo sido utilizado pela primeira vez em 1899 em Chicago, associado ao primeiro tribunal de menores (Negreiros, 200). Dado o facto de ser um conceito recente, podemos afirmar que ainda não há uma definição consensual, uma vez que "delinquência" e "comportamentos antissociais" são muitas vezes utilizados como sinónimos (Conde & Teixeira, 2018).

Enquanto a sociologia concebe a delinquência juvenil como um desvio social, a psicologia interpreta-a como uma falha no funcionamento dos indivíduos. No entanto, o conceito que apresenta uma maior amplitude é aquele que define a delinquência juvenil como uma manifestação de atos antissociais (Duarte et al., 2015).

Importa realçar que a delinquência juvenil não deve ser compreendida como um fenómeno isolado, mas sim como o resultado de um conjunto de fatores interligados. Por esse motivo, torna-se essencial adotar uma abordagem interdisciplinar na sua análise. Para além de compreendermos o comportamento desviante em si, é igualmente importante considerar os contextos em que este ocorre. Assim, o jovem delincente não é, necessariamente, um “criminoso em formação”, podendo, muitas vezes, ser o reflexo de uma realidade marcada por múltiplas fragilidades (Duarte et al., 2015).

De um ponto de vista jurídico, considera-se delinquência juvenil qualquer ato praticado por um menor que esteja tipificado como crime na legislação penal, sendo as sanções ajustadas em função da idade e do grau de maturidade do infrator. De acordo com Duarte et al. (2015), estas distinções são fundamentais para a formulação de políticas públicas e estratégias de intervenção que equilibrem a proteção dos direitos do menor com a necessidade de responsabilização e de reinserção social.

1.1.2. Tipologias de crimes mais comuns entre jovens

De acordo com o Relatório Anual de Segurança Interna (RASI, 2024), o fenómeno da delinquência juvenil em Portugal tem vindo a registar um aumento significativo nos últimos anos. O relatório mais recente, referente ao ano de 2024, indica um crescimento de 12,5% em comparação com o ano de 2023.

Entre as infrações mais frequentes destacam-se os crimes contra as pessoas, com especial incidência de abusos sexuais de menores. A criminalidade sexual juvenil apresenta, igualmente, uma tendência preocupante, estando frequentemente associada à pornografia de menores, cuja divulgação tem sido facilitada pelas plataformas digitais e redes sociais (RASI, 2024).

Outro fenómeno em crescimento é o da criminalidade grupal, que registou um aumento de 7,7% no último ano. Esta tipologia envolve, geralmente, atos de violência

física, furtos e confrontos entre grupos juvenis organizados, com maior incidência em áreas urbanas densamente povoadas (RASI, 2024).

O relatório mostra que a criminalidade juvenil não só está a crescer em número, como também se encontra cada vez mais marcada pela diversificação das formas de expressão do comportamento delincente, influenciada pela crescente utilização de meios tecnológicos e digitais como veículo para a prática ou promoção de atos ilícitos (RASI, 2024).

1.1.3. Diferenças entre delinquência ocasional e persistente

Compreender as diferentes formas de manifestação da delinquência juvenil é essencial para uma análise aprofundada do fenómeno. Entre as principais tipologias identificadas na literatura, destacam-se a delinquência ocasional e a delinquência persistente.

Segundo Galinari e Bazon (2020), a delinquência ocasional caracteriza-se por comportamentos transgressivos pontuais, frequentemente influenciados por fatores situacionais, como a pressão dos pares ou o desejo de aceitação social. Este tipo de comportamento tende a surgir durante a adolescência e, na maioria dos casos, desaparece com o amadurecimento. Assim, pode ser entendida como um fenómeno transitório e, em certa medida, como uma expressão relativamente comum do processo de desenvolvimento juvenil (Galinari & Bazon, 2020).

Por outro lado, a delinquência persistente representa uma forma mais grave e duradoura de comportamento antissocial. De acordo com Morgado (2020), trata-se de um padrão de transgressão que tende a iniciar-se precocemente e que está frequentemente associado a múltiplos fatores de risco, como disfunções familiares, dificuldades escolares e perturbações emocionais. Importa salientar que estes jovens apresentam uma maior probabilidade de manter comportamentos desviantes na vida adulta. Além disso, a delinquência persistente está frequentemente associada a uma escalada na gravidade das condutas, podendo evoluir para a prática de crimes mais sérios na idade adulta (Galinari & Bazon, 2020).

1.2. Substâncias Psicoativas e o Jovem Delincente

1.2.1. O que são substâncias psicoativas?

As substâncias psicoativas são compostos que atuam sobre o sistema nervoso central, provocando alterações temporárias nas funções mentais, emocionais e comportamentais (Jacinto & Oliveira-Martins, 2015).

As substâncias psicoativas podem ser classificadas em diversas categorias, como depressoras, estimulantes e perturbadoras, com base nos efeitos que provocam no organismo. Alarcón (2012) refere que estas substâncias, tanto lícitas quanto ilícitas, como é o caso do tabaco, álcool, cannabis, cocaína e outras drogas, possuem um impacto significativo na saúde pública e no comportamento social. Além disso, é fundamental compreender os contextos sociais e culturais em que estas substâncias são utilizadas, uma vez que podem ser consumidas tanto para fins recreativos quanto terapêuticos. Independentemente do propósito, o uso indevido destas substâncias pode levar à dependência e causar sérios problemas de saúde (Alarcón, 2012).

1.2.2. Impacto no comportamento e no desenvolvimento do jovem assim como a relação com os comportamentos de risco

O uso de substâncias psicoativas por parte dos jovens traz consequências significativas no seu comportamento e no seu desenvolvimento neurológico. Durante a adolescência, o cérebro ainda se encontra em formação, tornando-se particularmente vulnerável aos efeitos neurotóxicos destas substâncias (Bagley, 2024).

De acordo com Bagley (2024), estudos demonstram que mesmo o consumo esporádico pode colocar em causa funções cognitivas, aumentar o risco de desenvolvimento de transtornos mentais, reduzir o desempenho escolar e contribuir para a dependência na idade adulta.

Os adolescentes revelam-se especialmente influenciáveis por fatores sociais, como o desejo de integração nos grupos de pares, a curiosidade e o alívio do stress. Adicionalmente, a ausência de supervisão parental e a presença de perturbações mentais pré-existentes, como a depressão e o défice de atenção, elevam o risco de uso abusivo.

Segundo o Instituto Português do Desporto e Juventude (2024), o consumo precoce de substâncias psicoativas está frequentemente associado a comportamentos de risco, como violência, acidentes e relações sexuais desprotegidas.

1.3. Teorias Criminológicas Relacionadas

1.3.1. Teoria da Associação Diferencial

A Teoria da Associação Diferencial, desenvolvida por Edwin H. Sutherland, é uma das teorias mais marcantes para a criminologia, uma vez que alterou o foco explicativo do crime de fatores biológicos e/ou psicológicos para um processo de aprendizagem social. De acordo com esta teoria, o comportamento criminoso é apreendido por meio das interações sociais, especialmente com os grupos primários, com os quais o indivíduo mantém relações próximas e significativas (Ferraz, 2016).

Costa e Varalli (2019) aplicou esta abordagem teórica ao contexto do Primeiro Comando da Capital, com o objetivo de compreender os processos de formação e consolidação da organização criminosa. Ficou evidente que com a convivência entre indivíduos, em ambientes de privação de liberdade, havia uma maior facilidade na circulação de valores, normas e práticas que reforçavam tanto a identidade coletiva quanto a atuação criminosa. O autor refere que a socialização interna funciona como um processo educativo, no qual os novos membros aprendem os códigos de conduta, os objetivos do grupo e as estratégias operacionais através do convívio direto com os membros mais experientes.

Apesar do estudo de Costa e Varalli (2019) ser focado na criminalidade organizada, e criminalidade levada a cabo por adultos, o estudo revela de forma clara os mecanismos de aprendizagem social delimitados por Sutherland. Nesse sentido, é possível inferir que tais mecanismos também são aplicáveis ao universo juvenil, desde que os jovens estejam inseridos em contextos sociais em que convivam com narrativas que legitimam ou incentivam a criminalidade.

1.3.2. Teoria da Anomia

Inicialmente, a Teoria da Anomia foi desenvolvida por Émile Durkheim, sendo que mais tarde a mesma foi reformulada por Robert K. Merton. Esta teoria é frequentemente

utilizada para compreender os efeitos da desorganização social e a consequente emergência de comportamentos desviantes em contextos urbanos (Durkheim, 2000; Merton, 1968).

Segundo Santos e Oliveira (2017), a anomia deve ser entendida como um momento de desregulação social, no qual os laços de solidariedade entre os indivíduos encontram-se fragilizados, provocando um ambiente propício à marginalização e ao surgimento de condutas criminosas.

Um estudo realizado por Rego (2020) mostrou que os espaços de vulnerabilidade, marcados por estruturas precárias e fortes exclusões, favorecem o surgimento de comportamentos violentos. Isto quer dizer que, a anomia manifesta-se em contextos como este através da perda de controlo social e da falência de instituições básicas, como é o caso da família, escola e o próprio Estado.

A falta de expectativas e o distanciamento dos valores tradicionais de convivência coletiva acaba por criar um espaço fértil para que os jovens adotem comportamentos desviantes, não só como uma resposta às dificuldades encontradas, mas também como uma reação à marginalização e à exclusão social (Rego, 2020).

Tendo em conta os estudos de Santos e Oliveira (2017) e Rego (2020), podemos afirmar que a delinquência juvenil não se trata apenas de um fenómeno individual, mas sobretudo de fenómeno social e estrutural. Contextos urbanos que são marcados por desigualdades, exclusão social, falência institucional e ausência de normas estáveis tendem a levar os jovens para trajetórias desviantes.

1.3.3. Teoria do Controlo Social

A Teoria do Controlo Social, criada por Travis Hirschi (1969), afirma que o comportamento desviante não exige nenhuma explicação em especial. O autor defende que o comportamento desviante é algo que surge naturalmente devido à ausência de laços sociais. O que a teoria propõe é que as pessoas afastam-se da delinquência devido aos vínculos sociais que desenvolvem com outros indivíduos e instituições (Schreck & Hirschi, 2009).

Segundo Hirschi (1969), estes vínculos sociais são constituídos por quatro elementos principais: apego, compromisso, envolvimento e crença. O apego está relacionado com a força das relações afetivas com as pessoas significativas; o compromisso diz respeito ao investimento em atividades convencionais e às consequências relacionadas com a perda desse investimento; o envolvimento está ligado com o tempo despendido em atividades pró-sociais, reduzindo as oportunidades para o envolvimento com a delinquência e a crença está associada com a aceitação das normas sociais e legais como legítimas (Schreck & Hirschi, 2009).

Costello e Laub (2020) destacam que a mudança do foco de Hirschi para a conformidade e não para a motivação do crime, representou uma verdadeira mudança de paradigma na criminologia. Isto deve-se ao facto que a teoria propõe uma forma mais clara de mensuração e operacionalização dos fatores de controlo social e oferece fortes implicações para as políticas públicas, principalmente no campo da prevenção da delinquência juvenil.

No contexto da delinquência juvenil, a teoria tem se mostrado especialmente relevante. Os adolescentes que têm um vínculo fraco com as suas famílias, um baixo comprometimento com a escola, pouca participação em atividades estruturadas e que questionam a legitimidade das normas sociais, estão mais propensos a envolver-se em comportamentos delinquentes (Costello & Laub, 2020). Se estes vínculos forem fortalecidos desde cedo, vão funcionar como mecanismos de contenção social, reduzindo de forma significativa as probabilidades de o jovem optar por comportamentos que envolvam o desvio.

1.3.4. Teoria da Rotulação

A Teoria da Rotulação, desenvolvida por Howard S. Becker, constitui uma abordagem fundamental para compreender a construção social do desvio e as implicações que tem na vida dos indivíduos, especialmente para os jovens que estão envolvidos na delinquência. Segundo Becker (2008), o desvio não é uma qualidade intrínseca de determinados atos ou pessoas, mas sim uma atribuição social construída a partir de regras formuladas por grupos dominantes. Desta forma, os comportamentos são considerados como desviantes não pela sua natureza, mas porque foram rotulados como tal por aqueles que detêm o poder normativo.

Como realçado por Nicareta e Abbeg (2024), a teoria da rotulação destaca os processos interacionais pelos quais as normas são aplicadas, favorecendo desta forma a manutenção do controlo social. Grupos dominantes estabelecem padrões de comportamento e classificam como “outsiders” aqueles que não se conformam a tais expectativas. Isto acaba por se traduzir num mecanismo de exclusão social, cuja eficácia se acentua quando aplicada a sujeitos jovens de classes sociais menos favorecidas.

A rotulação social acaba por ter um impacto mais notório no contexto da delinquência juvenil. Como referido por Fontenele Junior, Cupolillo e Amorim (2022), os jovens que pertencem a classes sociais desfavorecidas são frequentemente identificados como infratores, mesmo quando cometem os mesmos atos que os seus pares de classes média e alta.

Os rótulos acabam por contribuir para a estigmatização e para a marginalização destes jovens. A partir do momento em que um jovem é rotulado como delinquente, ele passa a ser percebido como tal, o que influencia não apenas o seu tratamento jurídico e institucional, mas também afeta as suas oportunidades futuras, reforçando o ciclo de exclusão (Fontenele Junior, Cupolillo & Amorim, 2022).

1.4.Fatores de Risco Associados ao Consumo e Delinquência

Os fatores de risco são condições ou situações que tendem a aumentar a probabilidade de um indivíduo desenvolver comportamentos desviantes ou experiências negativas ao longo da vida. Quando falamos em crianças e jovens, os fatores de risco podem estar presentes em diversos níveis dos quais: individuais, familiares, escolares ou comunitários. Existe uma tendência de os mesmos interagirem entre si, o que acaba por aumentar os efeitos adversos sobre o bem-estar e saúde mental do jovem (Jessor, 1991; Rutter, 1987).

Importa realçar que estes fatores não são determinantes para situações negativas como é o caso dos consumos e da delinquência, mas elevam de forma significativa a probabilidade de ocorrerem, especialmente de forma cumulativa e persistente (Farrington, 2000; Sameroff, 2000).

A literatura tem vindo a identificar vários domínios de fatores de risco que contribuem para o desenvolvimento de comportamentos desviantes, como é o caso da delinquência

juvenil e o consumo de substâncias. Estes fatores tornam-se especialmente preocupantes quando ocorrem em simultâneo e em diferentes áreas da vida do jovem (Farrington, 2000; Hawkins et al., 1992).

1.4.1. Fatores Individuais

Os fatores individuais referem-se às características pessoais que aumentam a vulnerabilidade da criança. Podemos destacar fatores como a impulsividade, dificuldades no controlo emocional, transtornos de ansiedade e/ou depressão e baixa autoestima (Moffitt, 1993; Fergusson & Horwood, 2002).

Estes elementos acabam por interferir no desenvolvimento de competências sociais, favorecendo assim decisões impulsivas e a adoção de comportamentos de risco como forma de compensação emocional ou desejo de pertença. Segundo Moffitt (1993), estes comportamentos acabam por surgir como um meio de adaptação a contextos sociais adversos.

Fergusson e Horwood (2002) acrescentam que problemas emocionais e relacionados com a baixa autoestima na adolescência estão frequentemente associados a dificuldades de integração social e maior propensão a comportamentos desviantes.

1.4.2. Fatores Familiares

O ambiente familiar tem um impacto significativo na socialização e no bem-estar emocional das crianças e adolescentes. Fatores como negligência parental, violência doméstica, abusos físicos e/ou emocionais, consumo de substâncias por parte dos tutores e, especialmente, a ausência de supervisão e apoio parental têm sido associados a maiores níveis de delinquência e consumo (Brown & Shillington, 2017; Loeber & Farrington, 1998).

A desestruturação familiar pode ainda colocar em causa o desenvolvimento de vínculos seguros que são essenciais para a construção de uma boa autoestima e autorregulação. Bowlby (1988) defende, na sua teoria, que as relações estáveis e responsivas são essenciais para o desenvolvimento emocional saudável.

1.4.3. Fatores Escolares

A escola é essencialmente um espaço de desenvolvimento acadêmico e social, porém pode ser um fator de risco quando não responde de forma adequada às necessidades dos jovens. Fatores como baixo rendimento escolar, absentismo, dificuldades de aprendizagem, conflitos com professores e exclusão escolar são aqueles que surgem mais vezes associados ao envolvimento em comportamentos desviantes (Catalano et al., 2011).

O fracasso escolar muitas vezes reforça sentimentos de incapacidade e marginalização, recorrendo os jovens, nestes casos, a grupos desviantes para adquirir o sentimento de pertença como afirma Thornberry et al., (2003).

1.4.4. Fatores Sociais e Ambientais

O contexto socioeconómico e comunitário onde os jovens estão inseridos tem um grande impacto no seu desenvolvimento. Jovens que crescem em bairros marcados pela pobreza, criminalidade, falta de recursos, gangues e tráfico de droga estão mais expostos a modelos de comportamentos negativos e têm menos oportunidades de desenvolver processos de socialização saudáveis (Sampson & Laub, 1994; Traube et al., 2012).

Quando os jovens têm uma exposição prolongada a ambientes hostis pode ocorrer que comecem a normalizar a violência e as ilegalidades, reduzindo desta forma a perceção do risco e das suas consequências. Shaw e McKay (1942) quando desenvolveram a sua teoria, demonstraram que os jovens que crescem em bairros marcados pela pobreza, instabilidade familiar e elevada criminalidade estavam mais propensos a internalizar normas desviantes como parte do seu processo de socialização.

1.5. Fatores de Proteção: Como Evitar a Delinquência e o Consumo?

Os fatores de proteção estão relacionados com as características individuais ou contextuais que ajudam a reduzir a probabilidade do jovem se envolver em comportamentos de risco. Para além destes atuarem na prevenção de comportamentos negativos, promovem igualmente o desenvolvimento saudável e a resiliência, mesmo que o jovem se encontre em contextos problemáticos (Catalano et al. 2011; Cleveland et al. 2008).

Estes fatores podem atuar de forma direta, fortalecendo competências sociais e emocionais, ou de forma indireta, quando atuam nos fatores de risco, fazendo com que os mesmos deixem de existir ou sejam pelo menos reduzidos. Tem a sua eficácia ampliada quando atuam em diversas áreas da vida da criança, como é o caso da família, escola e comunidade (Fagan, Wright, & Pinchevsky, 2014).

1.5.1. O papel da Família

A família é um dos pilares mais influentes na prevenção de comportamentos desviantes. Uma supervisão parental consistente, apoio emocional e reforços positivos são considerados fundamentais na proteção dos jovens (Muchiri & Santos, 2018).

Tutores atentos que acompanham as atividades das crianças e estabelecem regras claras, estão associados a menores níveis de consumo de substâncias e de delinquência (Catalano et al., 2011). Para além disto, uma relação afetiva próxima e de confiança com os responsáveis funciona como uma barreira contra a influência de pares desviantes (Brown & Shillington, 2017).

Clements-Nolle e Waddington (2019) verificaram que uma comunicação aberta e apoio emocional são capazes de reduzir de forma significativa o impacto das experiências adversas na saúde mental e no comportamento dos jovens em conflitos.

1.5.2. O papel da Escola

A escola deve ser vista como um dos mais importantes fatores de proteção, sobretudo quando oferece oportunidades, apoio emocional e integração social. Programas escolares de prevenção que se foquem em desenvolver competências sociais, educar para a saúde e resolução de conflitos, têm-se mostrado mais eficazes (Cleveland et al., 2008).

O sentimento de pertença à escola é um dos elementos mais fortes de adaptação na adolescência. Jovens que se sentem valorizados apresentam um menor risco de se envolverem em comportamentos desviantes (Catalano et al., 2011).

Segundo Knight et al. (2021), a escola quando em conjunto com adultos de referência e redes de apoio, desempenha um papel fulcral na transição da adolescência para a idade adulta, sobretudo entre os jovens mais vulneráveis.

1.5.3. A Intervenção Comunitária

A comunidade tem igualmente um papel bastante importante na vida dos jovens, uma vez que é capaz de orientar as suas trajetórias num caminho mais saudável. Projetos comunitários que envolvam questões relacionadas com o desporto, cultura, segurança e qualificações profissionais oferecem alternativas positivas de pertença e expressão que acabam por reduzir o envolvimento em contextos desviantes (Fagan et al., 2014).

Bairros que tenham fortes redes sociais e normas partilhadas conseguem limitar a exposição dos jovens à violência e ao crime. Sampson e Laub (1994) demonstraram que comunidades unidas oferecem estruturas de apoio que podem substituir, em parte, a função da família quando a mesma é ausente ou disfuncional.

Além disso, Shaw e McKay (1942) afirmaram nos seus estudos que a organização social dos bairros poderia influenciar diretamente os níveis de delinquência juvenil, reforçando assim a importância das intervenções comunitárias como um fator de proteção.

2. Contribuição Empírica

Este segundo capítulo do trabalho será dedicado à apresentação da componente empírica. Assim, serão explicados os objetivos, a metodologia e o método escolhidos para este projeto, bem como a caracterização da amostra, e os procedimentos que serão utilizados. No fim, serão também apresentados os resultados que se esperam obter com esta investigação.

2.1. Objetivo Geral

Compreender de que forma o consumo de substâncias psicoativas influencia o comportamento delinquente em jovens entre os 12 e 21 anos, identificando os fatores de risco e de proteção associados, a partir de uma abordagem quantitativa e qualitativa.

2.2. Objetivos Específicos

- Avaliar se o consumo de substâncias psicoativas está associado ao aumento da probabilidade de envolvimento em comportamentos delinquentes;
- Identificar os principais fatores de risco que contribuem para a associação entre o consumo e a delinquência juvenil;
- Identificar os fatores de proteção que possam mitigar os efeitos negativos do consumo de substâncias;

2.3. Metodologia

2.3.1. Metodologia da Investigação

O presente trabalho assenta numa abordagem mista, onde se vai combinar métodos quantitativos e qualitativos, com o objetivo de proporcionar uma compreensão mais abrangente e integrada sobre o tema. Esta escolha baseia-se no facto de que investigações sociais são complexas e a integração de diferentes métodos permite compensar as limitações inerentes a cada abordagem isoladamente, trazendo assim uma análise mais completa e rigorosa (Johnson & Onwuegbuzie, 2004). Segundo Creswell e Plano Clark (2011), métodos mistos são mais adequados quando queremos estudar contextos sociais mais completos, onde se pretende compreender os padrões em geral quanto os significados subjetivos atribuídos pelos indivíduos.

Do ponto de vista epistemológico, este estudo está ligado ao paradigma pragmatista, que valoriza a utilidade e a complementaridade dos métodos em função das questões da investigação. A utilização deste paradigma permite ultrapassar oposições entre o positivismo e interpretativismo, propondo assim uma abordagem mais flexível e focada na resolução de problemas concretos (Biesta, 2010; Teddlie & Tashakkori, 2009). Esta posição acaba por ser oportuna quando se procura estudar fenómenos como o consumo de substâncias e a delinquência juvenil, uma vez que envolvem determinantes objetivas como significados subjetivos que foram construídos socialmente.

A natureza deste estudo é simultaneamente exploratória como descritiva. Trata-se de um estudo exploratório na medida que pretendemos aprofundar a compreensão de uma realidade ainda pouco sistematizada em contexto nacional (Guerra, 2020). Por sua vez, é descritivo pois pretendemos identificar padrões, perfis e fatores de risco e proteção,

permitindo desta forma uma caracterização detalhada do fenómeno em análise (Gil, 2019).

O presente trabalho assenta numa metodologia mista, de natureza quantitativa e qualitativa, com o objetivo de compreender a relação entre o consumo de substâncias psicoativas e a delinquência juvenil.

2.3.2. Métodos e Técnicas de Recolha e Análise de Dados

Para a recolha de dados serão utilizados dois instrumentos complementares:

- Questionário estruturado

Este questionário será aplicado a jovens entre os 12 e 21 anos, que se encontrem institucionalizados em centros educativos e centros de detenção juvenil. Este instrumento visa a recolha de dados sobre variáveis sociodemográficas, historial de consumo de substâncias psicoativas, o envolvimento em comportamentos delinquentes assim como os fatores de risco e proteção. Os questionários são bastante utilizados em contextos institucionais uma vez que permitem uma recolha sistemática de dados objetivos, padronizados e suscetíveis de comparação entre subgrupos (Bryman, 2016). A aplicação será feita em contexto supervisionada, com autorização das entidades competentes, garantindo o anonimato e proteção da identidade dos participantes.

Importa referir que, tendo em conta a faixa etária e o contexto dos participantes, bem como a experiência adquirida durante o estágio curricular no Agrupamento de Escolas do Cerco do Porto, optou-se por utilizar uma linguagem mais informal e acessível no questionário. A utilização deste tipo de linguagem deve-se ao facto de se querer uma comunicação mais próxima e ajustada à realidade dos jovens, facilitando assim a compreensão das questões, promoção à empatia e desejo por respostas mais genuínas.

- Entrevistas semiestruturadas

As entrevistas serão realizadas com profissionais que trabalham diretamente com os jovens nos centros educativos e de detenção, incluindo psicólogos, técnicos de reinserção, educadores sociais e assistentes sociais. Isto irá permitir a recolha de dados qualitativos mais profundos sobre as trajetórias de risco e proteção e as perceções sobre

o impacto que o consumo de substâncias tem na delinquência juvenil (Kvale & Brinkmann, 2015). As entrevistas serão conduzidas de forma individual e confidencial, com o consentimento informado dos participantes.

A utilização de ambos os métodos justifica-se pela necessidade de triangulação metodológica, aumentando a validade dos resultados e permitindo uma análise mais aprofundada do fenómeno. A triangulação entre fontes (jovens e profissionais), métodos (qualitativo e quantitativo) e contextos (respostas objetivas e perceções) constitui uma estratégia bastante recomendada em investigações com populações vulneráveis (Fetters, Curry, & Creswell, 2013). Jason e Glenwick (2016) reforçam que em contextos de intervenção institucional, o cruzamento de dados empíricos e narrativas profissionais é essencial para orientar estratégias mais eficazes.

2.4. Amostra e Participantes

A amostra deste estudo será composta por jovens com idades compreendidas entre os 12 e 21 anos, que atualmente se encontrem institucionalizados em centros educativos e/ou centros de detenção juvenil na zona metropolitana do Porto, sob medida tutelar educativa ou outra medida judicial. Optou-se por esta população devido a pertinência do fenómeno em análise – associação entre os consumos e os comportamentos delinquentes – em contextos marcados por vulnerabilidade social e trajetória institucional.

A seleção dos participantes será realizada através de uma amostragem não probabilística por conveniência, com base na acessibilidade aos centros e na autorização das entidades responsáveis (Bryman, 2016).

Critérios de inclusão:

- Jovens do género masculino ou feminino, entre os 12 e os 21 anos;
- Institucionalizados e, centro educativo ou de detenção juvenil;
- Que aceitem participar voluntariamente na investigação, com consentimento informado (e autorização do representante legal no caso de menores de 18 anos);
- Com domínio da língua portuguesa para responder ao questionário.

Critérios de exclusão:

- Jovens com perturbações cognitivas ou psiquiátricas diagnosticadas que impeçam a compreensão e resposta aos instrumentos;
- Jovens em regime de isolamento disciplinar ou com contraindicações médicas para participar em atividades externas;
- Falta de autorização institucional ou recusa de consentimento (próprio ou do representante legal).

Para complementar a perspetiva dos jovens, serão incluídos cerca de 5 (cinco) profissionais que trabalhem diretamente nos centros educativos. Estes profissionais serão selecionados com base na sua experiência com a população-alvo e na sua disponibilidade para participação voluntária.

2.5.Procedimentos

Antes da aplicação do trabalho em campo será necessário submeter o trabalho à avaliação e aprovação do Comissão de Ética da Universidade Fernando Pessoa [Anexo A], de modo a garantir que todas as etapas da investigação respeitam os princípios éticos da investigação científica com seres humanos, em especial com populações vulneráveis.

Posteriormente, será solicitado o parecer e a autorização formais à Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais [Anexo B], assim como às entidades responsáveis pelos centros educativos e casas de acolhimentos [Anexo C] envolvidos. Esta autorização é importante para o acesso institucional e para a realização das atividades de recolha de dados nos contextos de acolhimento e internamento.

Após a aprovação institucional, será realizado o contacto com os responsáveis de cada instituição para a calendarização da aplicação dos instrumentos, em datas e horários que não interfiram com o funcionamento interno das atividades escolares, terapêuticas ou judiciais dos jovens.

Todos os participantes envolvidos no estudo serão informados dos objetivos, natureza e procedimentos do mesmo. Será garantido o carácter voluntário da participação, a possibilidade de desistência a qualquer momento e o anonimato e confidencialidade dos dados recolhidos. No caso dos participantes menores de 18 anos, será requerido o

consentimento informado dos tutores legais [Anexo D], de acordo com as exigências legais e éticas em vigor.

A aplicação dos questionários estruturados [Anexo E] será feita individualmente, em ambiente calmo e supervisionado, com o apoio da investigadora, disponível para esclarecer eventuais dúvidas. O tempo estimado de preenchimento será de 15 a 30 minutos por participante. A aplicação será acompanhada, sempre que possível, por um técnico da instituição.

As entrevistas semiestruturadas [Anexo F] aos profissionais serão realizadas presencialmente ou por videoconferência (dependendo da disponibilidade e da logística da instituição), com gravação de áudio autorizada previamente, para posteriormente se proceder à transcrição e análise. As entrevistas terão a duração média de 30 a 45 minutos.

Todos os dados recolhidos serão utilizados exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, sendo armazenados em suporte digital, com acesso restrito, respeitando assim o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados.

2.6. Resultados Esperados

Tendo em conta a literatura científica e os objetivos definidos para este estudo, prevê-se que os resultados desta investigação venham a confirmar a existência de uma ligação entre o consumo de substâncias psicoativas e os comportamentos delinquentes em jovens. Para além disto, espera-se conseguir identificar padrões de consumos (tipo de substâncias, frequência e início), assim como tipos de infrações, revelando desta forma possíveis relações de causalidade ou reforço mútuo entre ambas as variáveis.

Com o questionário espera-se recolher dados que permitam traçar um perfil sociodemográfico e comportamental dos jovens, incluindo variáveis como a idade, tipo de infração, histórico de consumo, contexto familiar, entre outros. Espera-se ainda identificar diferenças entre subgrupos, nomeadamente entre níveis de reincidência ou entre tipos de substâncias consumidas e gravidade dos atos delinquentes.

Com as entrevistas aos profissionais prevê-se obter perceções detalhadas sobre os fatores de risco e proteção associados a estas trajetórias juvenis, para além disto, espera-

se recolher perspetivas críticas sobre as estratégias institucionais na prevenção e reintegração, assim como possíveis lacunas nas respostas existentes.

Conclusão

O presente Projeto de Graduação teve como objetivo compreender de que forma o consumo de substâncias psicoativas se pode relacionar com a prática de comportamentos delinquentes em jovens. Apesar de a maioria das teorias criminológicas abordadas no enquadramento teórico terem sido formuladas com foco no comportamento desviante dos adultos (quase como uma justificação para a ocorrência dos mesmos), os seus princípios podem e devem ser adaptados para a análise do fenómeno em estudo. Quando são ajustadas à fase do desenvolvimento infantojuvenil, estas teorias ajudam a compreender como fatores como o meio social, vínculos familiares, pressão de pares ou a ausência de controlo externo e interno influenciam o comportamento das crianças e jovens.

Ainda que nesta altura do meu percurso académico o projeto não tenha sido implementado na prática, a proposta metodológica foi concebida com o intuito de permitir no futuro uma recolha de dados que possa validar ou complementar as reflexões teóricas já desenvolvidas. Com a abordagem mista seria possível cruzar diferentes perspetivas sobre o tema, integrando o olhar dos jovens e dos profissionais.

Ao longo do trabalho, reforçou-se a importância dos fatores de proteção, nomeadamente a existência de vínculos familiares positivos, a integração escolar e comunitária e o acesso a recursos e serviços adequados. Estes fatores demonstram que apesar de as crianças e jovens estarem inseridos em contextos de vulnerabilidade, é possível agir de forma preventiva e construtiva, promovendo assim trajetórias mais saudáveis e afastadas do sistema de justiça juvenil.

Importa referir que este projeto foi enriquecido pela experiência de estágio curricular realizado no Agrupamento de Escolas do Cerco do Porto. A intervenção desenvolvida neste contexto (marcado por fortes desafios sociais e educativos) permitiu não só aprofundar o conhecimento das dinâmicas escolares e comunitárias, como também perceber, na prática, a relevância de se estabelecer uma comunicação próxima e adaptada à realidade dos jovens.

Este projeto reforça a necessidade de um olhar mais atento, sensível e multifacetado sobre a juventude que se encontra em risco, uma visão que vai para além

da punição. Apostar na prevenção, na inclusão social e na valorização destes jovens pode revelar-se mais eficaz do que qualquer medida repressiva. Mesmo sendo uma proposta teórica, este trabalho pretende ser um contributo relevante para futuros debates académicos e sociais em torno da delinquência juvenil e do consumo de substâncias, incentivando futuras investigações e políticas públicas mais justas e humanas.

Bibliografia

Alarcón, S. (2012). Drogas psicoativas: Classificação e bulário das principais drogas de abuso. Em S. Alarcón & M. A. S. Jorge (Orgs.), *Álcool e outras drogas: Diálogos sobre um mal-estar contemporâneo* (pp. 103-129). Editora Fiocruz. <https://doi.org/10.7476/9788575415399.0006>

Bagley, S. M. (2024, novembro). Uso de substâncias por adolescentes. Manuais MSD. <https://www.msmanuals.com/pt/casa/problemas-de-sa%C3%BAde-infantil/problemas-de-sa%C3%BAde-em-adolescentes/uso-de-subst%C3%A2ncias-por-adolescentes>

Bagley, S. M. (2024, novembro). Uso abusivo de substâncias por adolescentes. Manuais MSD. <https://www.msmanuals.com/pt/profissional/pediatria/problemas-de-sa%C3%BAde-em-adolescentes/uso-abusivo-de-subst%C3%A2ncias-por-adolescentes?autoredirectid=28576>

Becker, H. S. (2008). *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Zahar, Rio de Janeiro

Becoña, E. (2002). Bases científicas de la prevención de las drogodependencias. Delegación del Gobierno para el Plan Nacional sobre Drogas. https://pnsd.sanidad.gob.es/profesionales/publicaciones/catalogo/catalogoPNSD/publicaciones/pdf/Bases_cientificas.pdf

Bowlby, J. (1988). *A secure base: Parent-child attachment and healthy human development*. Basic Books.

Brown, S. M., & Shillington, A. M. (2017). Childhood adversity and the risk of substance use and delinquency: The role of protective adult relationships. *Child Abuse & Neglect*, 58, 1–11. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2016.11.006>

Catalano, R. F., Haggerty, K. P., Hawkins, J. D., & Elgin, J. (2011). Prevention of substance use and substance use disorders: Role of risk and protective factors. In Y. Kaminer & K. C. Winters (Eds.), *Clinical manual of adolescent substance abuse treatment* (pp. 25–63). American Psychiatric Publishing, Inc.. <https://psycnet.apa.org/record/2010-21811-002>

Cleveland, M. J., Feinberg, M. E., Bontempo, D. E., & Greenberg, M. T. (2008). The role of risk and protective factors in substance use across adolescence. *Journal of Adolescent Health*, 43(2), 157–164. <https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2008.01.015>

Clements-Nolle, K., & Waddington, R. (2019). Adverse childhood experiences and psychological distress in juvenile offenders: The protective influence of resilience and youth assets. *Journal of Adolescent Health*, 64(1), 49–55. <https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2018.09.025>

Conde, R., & Teixeira, S. (2018). Delinquência juvenil em Portugal: estudo qualitativo das histórias de vida de jovens reclusos. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, 7(1), 47-59. <https://doi.org/10.17267/2317-3394rpds.v7i1.1844>

Costa, L. S, Varalli, J. T. D. (2019). A Teoria da Associação Diferencial e seus aspectos inseridos na formação do Primeiro Comando da Capital. *Revista de Criminologias e Políticas Criminais*, 4(2), 159. <https://doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2526-0065/2018.v4i2.4934>

- Costello, B. J., & Laub, J. H. (2020). Social control theory: The legacy of Travis Hirschi's Causes of Delinquency. *Annual Review of Criminology*, 3, 21–41. <https://doi.org/10.1146/annurev-criminol-011419-041527>
- Cunha, M. I. (2002). *Entre o bairro e a prisão: Tráfico e trajectos*. Lisboa: Fim de Século.
- Duarte, V., Santos, M., Cru, O., Grangeia, H., (Eds.) (2015). *Delinquência Juvenil: Explicações e Implicações*, n.º 1 da Série Sociedade e Segurança. Maia: Edições ISMAI.
- Durkheim, É. (2000). *O suicídio: Estudo de sociologia* (Mónica Stahel, Trad.). Martins Fontes. (Obra original publicada em 1897)
- EUDA – European Union Drugs Agency. (2023). *European Drug Report 2023: Trends and Developments*. https://www.emcdda.europa.eu/publications/european-drug-report/2023_en
- Fagan, A. A., Wright, E. M., & Pinchevsky, G. M. (2014). The protective effects of neighborhood collective efficacy on adolescent substance use and violence following exposure to violence. *Journal of Youth and Adolescence*, 43(9), 1498–1512. <https://doi.org/10.1007/s10964-013-0049-8>
- Farrington, D. P. (2000). Explaining and preventing crime: The globalization of knowledge. *Criminology*, 38(1), 1–24. <https://doi.org/10.1111/j.1745-9125.2000.tb00881.x>
- Fergus, S., & Zimmerman, M. A. (2005). Adolescent resilience: A framework for understanding healthy development in the face of risk. *Annual Review of Public Health*, 26, 399–419. <https://doi.org/10.1146/annurev.publhealth.26.021304.144357>
- Fergusson, D. M., & Horwood, L. J. (2002). Mental health, educational, and social role outcomes of adolescents with depression. *Archives of General Psychiatry*, 59(3), 225–231. <https://doi.org/10.1001/archpsyc.59.3.225>
- Ferraz, H. G. (2016). Uma introdução à teoria da associação diferencial: origens, atualidades, críticas e repercussões no Direito Penal Econômico. *Revista de Estudos Jurídicos da UNESP*, 20(30), 9–30. Recuperado de <https://seer.franca.unesp.br/index.php/estudosjuridicosunesp/article/view/1904>
- Fontenele Junior, H. S., Cupolillo, C. V., & Amorim, D. C. A. (2022). A rotulação do desviante por Howard Becker e os reflexos sociais por trás da estigmatização. *Revista Eletrônica Interdisciplinar*, 14(1), 136–143. <http://revista.univar.edu.br/rei/article/view/315/282>
- Galinari, L. S., & Bazon, M. R. (2020). *Tipologias em delinquência juvenil: uma revisão de literatura*. Universidade de São Paulo.
- Hawkins, J. D., Catalano, R. F., & Miller, J. Y. (1992). Risk and protective factors for alcohol and other drug problems in adolescence and early adulthood: Implications for substance abuse prevention. *Psychological Bulletin*, 112(1), 64–105. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.112.1.64>
- Hirschi, T. (1969). *Causes of delinquency*. University of California Press
- ICAD – Instituto para os Comportamentos Aditivos e as Dependências. (2023). *Relatório anual – A situação do país em matéria de drogas e toxicodependências*. <https://www.icad.pt/DocumentList/Index/61?languageId=1>

- Instituto Português do Desporto e Juventude. (2024). Bebidas alcoólicas, tabaco, substâncias psicoativas. <https://ipdj.gov.pt/comportamentos-aditivos>
- Jacinto, A., & Oliveira-Martins, S. (2015). Substâncias Psicoativas: Problemática, Estudo da Legislação Atual e da sua Adequação Face à Realidade. *Revista Portuguesa De Farmacoterapia*, 7(2), 110-116. <https://doi.org/10.25756/rpf.v7i2.4>
- Jessor, R. (1991). Risk behavior in adolescence: A psychosocial framework for understanding and action. *Journal of Adolescent Health*, 12(8), 597–605. DOI: [10.1016/1054-139x\(91\)90007-k](https://doi.org/10.1016/1054-139x(91)90007-k)
- Knight, D. K., et al. (2021). Preventing opioid use among justice-involved youth as they transition to adulthood: Leveraging safe adults (LeSA). *BMC Public Health*, 21(1), 2133. <https://doi.org/10.1186/s12889-021-12127-3>
- Loeber, R., & Farrington, D. P. (1998). *Serious and violent juvenile offenders: Risk factors and successful interventions*. Sage Publications. DOI:[10.4135/9781452243740.n2](https://doi.org/10.4135/9781452243740.n2)
- Merton, R. K. (1968). *Social theory and social structure*. New York: Free Press.
- Moffitt, T. E. (1993). Adolescence-limited and life-course-persistent antisocial behavior: A developmental taxonomy. *Psychological Review*, 100(4), 674–701. <https://doi.org/10.1037/0033-295X.100.4.674>
- Morgado, A. M. (2020). O comportamento antissocial na adolescência: continuidades e descontinuidades da transgressão à delinquência. *Revista Portuguesa de Ciências do Comportamento*, (3), 77–94. <https://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/rpca/article/view/2775>
- Muchiri, B. W., Santos, M.M.L. (2018). Family management risk and protective factors for adolescent substance use in South Africa. *Subst Abuse Treat Prev Policy* 13, 24 (2018). <https://doi.org/10.1186/s13011-018-0163-4>
- Negreiros, J. (2008). *Delinquências juvenis: Trajectórias, intervenção e prevenção*. Porto: Livpsic, Legis Editora. ISBN: 978-972-46-1208-2.
- Negreiros, J. (2015). *Intervenção na delinquência juvenil: Perspetivas psico-forenses*. Editora CRV.
- Nicaretá, S. E., & Abbeg, V. A. J. O. (2024). Outsider: una exploración de las teorías sociales de Becker y Elias & Scotson. *Interdisciplinaria de La Cultura y Sociedad*, 1(1), 1–22. <https://doi.org/10.5281/zenodo.11181712>
- Portugal. (1982). Código Penal Português (Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro). *Diário da República*. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/400-1982-345145>
- Portugal. (1982). Decreto-Lei n.º 401/82, de 23 de setembro: Regime penal aplicável a jovens delinquentes. *Diário da República*. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/401-1982-345146>
- Portugal. (1999). Lei n.º 166/99, de 14 de setembro: Lei Tutelar Educativa. *Diário da República*. <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/166-1999-437223>
- Rego, M. R. F. L. (2020). A Teoria da Anomia Social no Estudo Criminal: Uma Abordagem a partir das Sociologias de Durkheim e Merton. *Revista Transgressões*, 7(2), 199-223. <https://doi.org/10.21680/2318-0277.2019v7n02ID18807>

- Rutter, M. (1987). Psychosocial resilience and protective mechanisms. *American Journal of Orthopsychiatry*, 57(3), 316–331. <https://doi.org/10.1111/j.1939-0025.1987.tb03541.x>
- Sameroff, A. J. (2000). Developmental systems and psychopathology. *Development and Psychopathology*, 12(3), 297–312. <https://doi.org/10.1017/S0954579400003035>
- Sampson, R. J., & Laub, J. H. (1994). Urban poverty and the family context of delinquency: A new look at structure and process in a classic study. *Child Development*, 65(2), 523–540. <https://doi.org/10.2307/1131400>
- Santos, J. T. O., & Oliveira, A. M. de. (2017). Teoria da anomia e a aparente desorganização social nas ruas da cidade de Barreiras, oeste da Bahia: Uma análise dos fatores criminógenos. *Journal of Law and Sustainable Development*, 5(2), 97–120. <https://doi.org/10.37497/sdgs.v5i2.102>
- Schreck, C. J., & Hirschi, T. (2009). Social control theory. In J. M. Miller (Ed.), *21st century criminology: A reference handbook* (Vol. 1, pp. 236–243). SAGE Publications. https://www.researchgate.net/publication/337873997_Social_Control_Theory
- Shaw, C. R., & McKay, H. D. (1942). *Juvenile delinquency and urban areas*. University of Chicago Press.
- Sistema de Segurança Interna. (2024). Relatório Anual de Segurança Interna – RASI 2024. Governo de Portugal. <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc24/comunicacao/documento?i=relatorio-anual-de-seguranca-interna-rasi-2024>
- Thornberry, T. P., Krohn, M. D. (2003). Taking stock of delinquency: An overview of findings from the Rochester Youth Development Study. Springer. DOI: [10.1007/b105384](https://doi.org/10.1007/b105384)
- Traube, D. E., James, S., Zhang, J., & Landsverk, J. (2012). A national study of risk and protective factors for substance use among youth in the child welfare system. *Addictive Behaviors*, 37(5), 641–650. <https://doi.org/10.1016/j.addbeh.2012.01.015>

Anexos

**Anexo A - Apresentação de Projeto à Comissão de Ética da
Universidade Fernando Pessoa**

FORMULÁRIO PARA A SUBMISSÃO DE UM PROJETO DE INVESTIGAÇÃO À COMISSÃO DE ÉTICA DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

PREENCHA, POR FAVOR, TODOS OS ITENS DO FORMULÁRIO

Nome do investigador: Beatriz Soraia Matos Baptista
No âmbito de Licenciatura/Mestrado/Doutoramento/Projeto de Investigação/Outro: Criminologia
Título do estudo (por favor ter em consideração a adequação do título aos objetivos e metodologia do estudo): O Consumo de Substâncias Psicoativas como Fator de Risco para a Delinquência Juvenil: Uma Abordagem Criminológica
Nome do Orientador e do co-Orientador/Investigador Responsável (caso se aplique): Débora Simões Pereira
Carta do Orientador/Carta do Investigador Responsável (com explicação do papel desempenhado por cada um dos participantes no projeto de investigação) (Anexada) <input type="checkbox"/>
Carta do Co-Orientador (Anexada) (caso se aplique) <input type="checkbox"/>
1. Objetivos do estudo: * Avaliar se o consumo de substâncias psicoativas está associado ao aumento da probabilidade de envolvimento em comportamentos delinquentes. * Identificar os principais fatores de risco que contribuem para a associação entre o consumo e a delinquência juvenil. * Identificar os fatores de proteção que possam mitigar os efeitos negativos do consumo de substâncias.
2. O seu estudo é: Qualitativo <input type="radio"/> Quantitativo <input type="radio"/> Ambos <input checked="" type="radio"/> Estudo de caso <input type="checkbox"/>
3. O contexto do estudo: Indique o local onde o estudo se realizará e o seu período de duração (em meses). O estudo será realizado em instituições de acolhimento e internamento de jovens situadas na área metropolitana do Porto, que acolhem crianças e adolescentes institucionalizados devido à prática de atos delinquentes. Estas instituições incluem centros educativos e casas de acolhimento residencial com intervenção ao nível da justiça juvenil. A escolha deste contexto permite o acesso direto a jovens com historial de comportamentos desviantes, alinhando-se com os objetivos do estudo. O estudo encontra-se projetado para um período compreendido entre janeiro e maio de 2026, com a seguinte distribuição: Janeiro de 2026: Submissão do projeto à Comissão de Ética

Janeiro de 2026: Submissão do projeto à Comissão de Ética

Fevereiro de 2026: Obtenção do parecer da Comissão de Ética e pedidos de autorização às instituições de acolhimento.

Março e abril de 2026: Aplicação dos questionários aos jovens institucionalizados e realização das entrevistas com técnicos/profissionais das instituições.

4. Os participantes no estudo:

4.1 Descreva detalhadamente os potenciais participantes do estudo.

Os participantes deste estudo serão jovens com idades compreendidas entre os 12 e os 21 anos, atualmente institucionalizados em centros educativos ou casas de acolhimento da área metropolitana do Porto, na sequência da prática de atos delinquentes. A amostra será composta por jovens que se encontrem em cumprimento de medidas tutelares educativas ou em acolhimento residencial, com historial de comportamentos desviantes como furtos, agressões, vandalismo ou outros atos legalmente tipificados como infrações. Adicionalmente, participarão no estudo entre 5 a 7 profissionais das instituições de acolhimento ou centro

4.2 Indique os critérios de inclusão e de exclusão.

Critérios de inclusão:

- *Idade entre 12 e 21 anos;
- *Estarem institucionalizados em centros educativos ou casas de acolhimento devido a comportamentos delinquentes;
- *Capacidade para compreender e responder ao questionário;
- *Consentimento informado por parte do participante e/ou do seu responsável legal, conforme exigido pela

4.3 Os participantes são capazes de dar o seu consentimento informado, livre e esclarecido?

Sim Não Se Não, indique o motivo:

Nem todos os participantes poderão fornecer o seu consentimento de forma autónoma. No caso dos menores de idade, será necessária a autorização dos seus representantes legais.

São indivíduos ou grupos vulneráveis?

5. Descreva o procedimento de acesso ao grupo de participantes.

O acesso ao grupo de participantes será realizado mediante um processo ético e formal, em articulação com as instituições que acolhem os jovens. Em primeiro lugar, será submetido um pedido de parecer à Comissão de Ética da Universidade, acompanhado de todos os documentos relevantes (protocolo de investigação, consentimentos informados, instrumentos de recolha de dados). Após a obtenção do parecer favorável, serão enviados pedidos formais de autorização à Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, bem como a instituições privadas de acolhimento de jovens, localizadas na região do Porto. As instituições que aceitarem colaborar irão designar um profissional de referência (psicólogo, técnico, educador) que atuará como intermediário entre o investigador e os jovens institucionalizados. Este profissional ajudará na identificação dos participantes que cumpram os critérios de inclusão e garantirá que apenas serão abordados jovens emocionalmente estáveis e em condições de compreender e participar no estudo. Após a seleção, será apresentado o Termo de Consentimento Informado, de forma clara e

6. Descreva o procedimento para garantir a obtenção de um consentimento verdadeiramente informado, livre e esclarecido.

Para garantir a obtenção de um consentimento verdadeiramente informado, livre e esclarecido, serão seguidos todos os princípios éticos estabelecidos para a investigação com seres humanos, em conformidade com as orientações da Comissão de Ética da Universidade. Antes da participação no estudo, todos os potenciais participantes (jovens e profissionais) receberão uma explicação clara, oral e escrita, sobre os objetivos do estudo, os procedimentos envolvidos, a duração prevista, os temas abordados, os possíveis riscos e benefícios, e os seus direitos enquanto participantes, incluindo o direito à recusa e à desistência em qualquer momento, sem qualquer penalização ou prejuízo. Os jovens institucionalizados, tendo em conta a sua faixa etária e contexto, terão acesso a uma versão adaptada do Termo de Consentimento Informado, com linguagem simples, direta e acessível. A leitura e explicação do documento será feita pela investigadora, com o apoio de um técnico da instituição sempre que necessário, para assegurar a total compreensão por parte do jovem.

Anexe o(s) formulário(s) de Consentimento Informado (consultar a página da Comissão de Ética)

educativos envolvidos, com funções como psicólogos, assistentes sociais, técnicos de reinserção ou educadores. Estes profissionais deverão ter, no mínimo, um ano de experiência no trabalho direto com jovens institucionalizados, garantindo uma compreensão profunda dos contextos sociais, emocionais e comportamentais destes jovens.

Todos os participantes (jovens e profissionais) serão devidamente informados sobre os objetivos do estudo, garantindo-se o caráter voluntário da participação, o anonimato e a confidencialidade das informações recolhidas. Os dados serão utilizados exclusivamente para fins académicos e científicos.

legislação em vigor.

Critérios de exclusão:

*Jovens com perturbações cognitivas ou mentais severas que comprometam a compreensão dos instrumentos de recolha de dados;

*Jovens em situação de instabilidade institucional (por exemplo, em crise, com transferência iminente ou ausência prolongada da instituição).

estudo. Após a seleção, será apresentado o Termo de Consentimento Informado, de forma clara e adequada à faixa etária e ao nível de compreensão dos jovens. No caso de menores de idade, o consentimento será também solicitado aos seus representantes legais, conforme as orientações legais e éticas em vigor.

A recolha de dados (questionários e entrevistas) será realizada em espaço reservado dentro das próprias instituições, garantindo privacidade, conforto e segurança. O processo de recolha será realizado pela investigadora de forma presencial, com supervisão institucional, e respeitará integralmente o direito dos participantes a recusar ou interromper a participação a qualquer momento, sem prejuízo para os mesmos.

No caso de participantes menores de 18 anos, será também recolhido o consentimento informado dos respetivos representantes legais, através de um formulário específico enviado ou entregue pelas instituições. Só serão incluídos no estudo os jovens que derem o seu consentimento voluntário e cujos representantes legais também o autorizem formalmente.

Os profissionais entrevistados também assinarão um termo próprio de consentimento, igualmente claro e transparente, onde se explicita o objetivo da entrevista, o caráter voluntário da participação, a proteção da sua identidade e a confidencialidade das informações prestadas.

Todos os termos de consentimento serão arquivados em segurança e apenas acessíveis à investigadora, sendo os dados recolhidos utilizados exclusivamente para fins científicos e de forma anónima.

7. Os métodos e os instrumentos usados na recolha dos dados.

Assinale o que se aplica ao seu estudo:

Não há recolha de dados sensíveis

Há recolha de dados sensíveis (exemplo: dados sobre saúde). O estudo implica a recolha e/ou processamento de dados pessoais sensíveis, tais como:

- a) saúde
- b) estilo de vida sexual
- c) opinião política
- d) convicção religiosa ou filosófica
- e) envolve processamento de informação genética
- f) envolve processamento de dados pessoais previamente recolhidos (uso secundário Recordamos que tem de haver permissão para uso secundário dos dados)
- g) outros

8. Indique como recolherá os dados:

- a) análise de documentos ou consulta de arquivos
- b) entrevistas
- c) testes
- d) escalas
- e) observações
- f) questionários
- g) processos
- h) outros Quais:

i) Indique e **anexe** os instrumentos que serão usados, descrevendo os procedimentos na sua aplicação.

1. Questionário (aplicado a jovens)

Descrição: Instrumento de recolha de dados quantitativos, estruturado em formato de questionário de resposta fechada e/ou escalas de Likert, com o objetivo de recolher informações sobre:

- * Dados sociodemográficos (idade, gênero, escolaridade, estrutura familiar);
- * Padrões de consumo de substâncias psicoativas (tipos, frequência, idade de início);
- * Envolvimento em comportamentos delinquentes (violência, furtos, vandalismo, gangues);
- * Fatores de proteção (presença de apoio familiar, envolvimento escolar, participação em atividades)

j) Indique a autoria dos mesmos e o procedimento de obtenção de autorização por parte dos autores (caso se aplique)

k) Explique como garante a confidencialidade e o anonimato dos dados recolhidos, incluindo informação sobre o armazenamento dos dados e o seu destino depois de concluído o estudo:

A presente investigação assegura rígidos princípios éticos de confidencialidade e anonimato em todas as fases do estudo, desde a recolha até ao tratamento e conservação dos dados.

Confidencialidade e Anonimato:

- Questionários:

Os questionários serão completamente anónimos, não sendo recolhida qualquer informação que permita identificar os participantes individualmente (ex.: nome, morada, contacto).



*



**

* -

- Fatores de proteção (presença de apoio familiar, envolvimento escolar, participação em atividades extracurriculares);
- Percepções dos jovens sobre o impacto do consumo de substâncias nos comportamentos delinquentes.

Procedimentos de aplicação: O questionário será aplicado de forma presencial e anônima, em papel ou formato digital, conforme o contexto e os recursos disponíveis. A aplicação será precedida da explicação do objetivo do estudo e da obtenção do consentimento informado (ou assentimento, no caso de menores, com autorização dos encarregados de educação). Os participantes responderão de forma autônoma, com o apoio de um investigador apenas para esclarecer dúvidas. A participação é voluntária, podendo ser interrompida a qualquer momento, sem prejuízo para o participante.

2. Guião de Entrevista (aplicado a especialistas)

Descrição: Guião semiestruturado elaborado para conduzir entrevistas com profissionais com experiência na área de intervenção juvenil e/ou criminalidade. Os temas abordados incluem:

- Relação entre consumo de substâncias psicoativas e delinquência juvenil;
- Principais fatores de risco e proteção identificados na prática profissional;
- Avaliação das políticas públicas e estratégias de prevenção/intervenção;
- Observações sobre o papel do ambiente físico e comunitário (com referência a modelos como o CPTED e a Criminologia Ambiental).

Procedimentos de aplicação: As entrevistas serão realizadas presencialmente ou por videoconferência, consoante a disponibilidade dos participantes. Antes da entrevista, será obtido o consentimento informado do participante, incluindo autorização para gravação de áudio. As entrevistas terão uma duração estimada de 30 a 45 minutos e serão posteriormente transcritas para análise qualitativa. Será garantida a confidencialidade da identidade dos entrevistados, com codificação dos dados e uso de pseudónimos na apresentação dos resultados.

Nota: Os instrumentos (questionário e guião de entrevista) serão anexados a este formulário em versão preliminar para avaliação.

** -

Entrevistas:

Embora os especialistas possam ser identificáveis no momento da entrevista, será garantido o anonimato na apresentação dos resultados, recorrendo a pseudónimos ou códigos. As transcrições não incluirão dados pessoais identificáveis.

Todos os participantes (ou seus representantes legais, no caso de menores) assinarão termos de consentimento informado, onde se descreve o tratamento ético e a proteção dos dados recolhidos.

Armazenamento dos Dados:

Os dados recolhidos em formato digital (ex.: transcrições, bases de dados) serão armazenados em dispositivos protegidos por palavra-passe e, quando possível, em plataformas seguras e encriptadas (ex.: OneDrive institucional, Google Drive com autenticação).

Os dados em papel (ex.: questionários preenchidos) serão guardados em local seguro e com acesso restrito, como um armário fechado à chave, sob responsabilidade do investigador principal.

Destino dos Dados após o Estudo:

Após a conclusão da investigação e apresentação dos resultados (ex.: dissertação, artigo científico), os dados serão mantidos por um período máximo de 5 anos, apenas para fins de auditoria científica ou replicação da investigação. Findo esse prazo, os dados serão eliminados de forma segura: Os documentos físicos serão destruídos (ex.: trituração); os ficheiros digitais serão eliminados com recurso a procedimentos de apagamento permanente.

Conformidade legal:

Todos os procedimentos cumprem o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) e a legislação nacional aplicável em matéria de ética e proteção de dados pessoais no contexto da investigação científica.

Termo de Responsabilidade

Eu, abaixo assinado, na qualidade de investigador responsável, declaro por minha honra que as informações prestadas são verdadeiras e que todo o processo de investigação decorrerá de acordo com o projeto de investigação submetido à Comissão de Ética.

Assinatura do Investigador:

Data:

ATENÇÃO: este formulário deverá ser descarregado e preenchido off-line. Em seguida, deverá ser gravado como pdf e enviado por mail (como anexo, enviar uma versão assinada e datada e, no caso de este ato bloquear a edição posterior do documento, então envia outro formulário igual mas não assinado/bloqueado) para a Direção da sua Faculdade, juntamente com todos os documentos aplicáveis identificados na página da Comissão de Ética (i.e., carta do orientador, etc.). As Direções das Faculdades enviarão o documento para a Comissão de Ética.

**Anexo B - Pedido Formal à Direção-Geral de Reinserção e Serviços
Prisionais**

Beatriz Soraia Matos Baptista
Universidade Fernando Pessoa
Praça de 9 de Abril, nº 349
4249-004 Porto
[Contacto]
2022103927@ufp.edu.pt

Ao cuidado de:
Exmo./a Sr./a Diretor/a-Geral
Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP)
Avenida Almirante Gago Coutinho, nº 139
1749-026 Lisboa

Assunto: Pedido de autorização para recolha de dados no âmbito de investigação académica

Exmo./a Sr./a Diretor/a-Geral

Venho, por este meio, solicitar autorização para a realização de recolha de dados num, ou mais, Centros Educativos da área metropolitana do Porto, sob a tutela da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, no âmbito do meu projeto de investigação académica.

A investigação insere-se no âmbito do meu percurso académico de Licenciatura em Criminologia na Universidade Fernando Pessoa, e tem como tema “O Consumo de Substâncias Psicoativas como Fator de Risco para a Delinquência Juvenil: Uma Abordagem Criminológica”.

O estudo prevê a aplicação de um questionário anónimo a jovens com idades compreendidas entre os 12 e 21 anos, bem como a realização de entrevistas semiestruturadas a profissionais que trabalhem com esta população. Todos os procedimentos garantem o cumprimento das normas de ética e legais, nomeadamente o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD).

Em anexo envio igualmente:

- Proposta de Investigação;
- Instrumentos de recolha de dados (questionário e guião da entrevista);
- Termos de consentimento;
- Declaração de aprovação/ submissão do projeto à Comissão de Ética da Universidade Fernando Pessoa.

Solicito, desta forma, a vossa autorização para contactar um ou mais Centros Educativos com vista à aplicação da investigação, em data e condições a definir em articulação com a direção da(s) instituição(ões) em causa.

Agradeço desde já a atenção dispensada e coloco-me à disposição para qualquer esclarecimento adicional.

Com elevada consideração

Beatriz Soraia Matos Baptista

Criminologia – Universidade Fernando Pessoa

**Anexo C – Pedido de Autorização a Instituição Privada / Casa de
Acolhimento**

Beatriz Soraia Matos Baptista
Universidade Fernando Pessoa
Praça de 9 de Abril, nº 349
4249-004 Porto
[Contacto]
2022103927@ufp.edu.pt

Ao cuidado de:

Direção Técnica
[Nome da Instituição]
[Morada da Instituição]
[Código Postal]

Assunto: Pedido de autorização para recolha de dados no âmbito de investigação académica

Exmos/as Senhores/as,

Venho, por este meio, solicitar a vossa autorização para a realização de recolha de dados juntos de jovens acolhidos na vossa instituição, no âmbito do meu Projeto de Graduação em Criminologia, da Universidade Fernando Pessoa, intitulado: “*O Consumo de Substâncias Psicoativas como Fator de Risco para a Delinquência Juvenil: Uma abordagem Criminológica*”.

A investigação tem como objetivo compreender a possível relação entre o consumo de substâncias psicoativas e os comportamentos delinquentes em jovens. Para tal, prevê-se a aplicação de um questionário anónimo a jovens entre os 12 e 21 anos, bem como a realização de uma entrevista a profissionais da área (educadores, psicólogos, técnicos de reinserção ou assistentes sociais).

Todos os procedimentos da investigação cumprem os princípios éticos e legais em vigor, nomeadamente os definidos pelo Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) e as diretrizes da Comissão de Ética da Universidade Fernando Pessoa.

Em anexo envio igualmente:

- Proposta de Investigação;
- Instrumentos de recolha de dados (questionário e guião da entrevista);
- Termos de consentimento;
- Declaração de aprovação/ submissão do projeto à Comissão de Ética da Universidade Fernando Pessoa.

A aplicação será realizada de forma presencial, em datas e horários a articular com a instituição, assegurando sempre o bem-estar dos participantes, a proteção da sua identidade e a confidencialidade dos dados recolhidos.

Fico disponível para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais ou para reunir presencialmente, caso entendam necessário.

Com elevada consideração

Beatriz Soraia Matos Baptista
Criminologia – Universidade Fernando Pessoa

**Anexo D - Termo de Consentimento do Encarregado de Educação /
Responsável Legal**

Termo de Consentimento do Encarregado de Educação/Responsável Legal

Título do projeto:

O Consumo de Substâncias Psicoativas como Fator de Risco para a Delinquência Juvenil: Uma Abordagem Criminológica

Investigadora Responsável:

Beatriz Soraia Matos Baptista

Licenciatura em Criminologia – Universidade Fernando Pessoa

Orientadora:

Prof.^a Doutora Débora Simões Pereira

Informações sobre o estudo:

O presente estudo visa compreender de que forma o consumo de substâncias psicoativas (como álcool, tabaco e drogas ilícitas) se relaciona com comportamentos delinquentes em jovens com idades compreendidas entre os 12 e 21 anos.

O estudo envolve dois tipos de participação:

- Preenchimento de um questionário anónimo, com perguntas sobre hábitos, vivências e comportamentos;
- Entrevistas com profissionais da área (não aplicável a menores).

Direitos e garantias:

- A participação é voluntária e o/a jovem podem desistir a qualquer momento sem qualquer prejuízo;
- Os dados recolhidos serão feitos de forma anónima e confidencial, usados apenas para fins académicos;
- Não existem riscos físicos e/ou psicológicos associados à participação;
- Não haverá qualquer tipo de compensação financeira ou material.

Eu, _____, (nome completo do/a encarregado/a de educação ou responsável legal), portador do documento de identificação nº _____, autorizo o(a) jovem:

Nome do (a) menor: _____, idade: _____ anos

a participar voluntariamente no estudo acima referido, compreendendo os seus objetivos e garantindo que a sua participação é livre e protegida.

Data: ____/____/____

Assinatura do (a) responsável legal: _____

Anexo E - Questionário para os Jovens

Questionário: Consumo de Substâncias Psicoativas e Comportamentos Delinquentes em Jovens

Instruções:

Este questionário é anónimo e confidencial.

Responde com sinceridade — não existem respostas certas ou erradas.

Lê cada pergunta com atenção e marca com um “X” a opção que melhor representa a tua realidade, ou escreve a tua resposta quando for necessário.

Parte I – Dados Pessoais

1. Idade: _____ anos
2. Sexo:
 Masculino Feminino Outro: _____
3. Frequentas atualmente a escola?
 Sim Não
Se respondeste “Sim”, em que ano estás? _____
4. Já repetiste alguma vez de ano?
 Sim Não
5. Com quem vivias antes de estar institucionalizado? (podes assinalar mais do que uma opção)
 Pai Mãe Avós Outros Familiares
 Sozinho (a) Outra Instituição diferente

Parte II – Consumo de substâncias

6. Já consumiste alguma destas substâncias? (assinala todas aquelas que se aplicarem)
 Álcool Tabaco Cannabis/Marijuana Cocaína

Outras: _____

7. Com que frequência costumavas consumir?

Nunca Raramente Mensalmente

Semanalmente Diariamente

Se atualmente (dia de hoje) ainda consumes, diz com que frequência? _____

8. Com que idade começaste a consumir substâncias? _____ anos

9. Quando consumias/consomes, estavas/estás normalmente:

Sozinho (a) Com amigos Ambos

10. Alguma vez sentiste necessidades de consumir para seres aceite por um grupo?

Sim Não

Parte III – Comportamentos Delinquentes

11. Já te envolverste em algum destes comportamentos? (assinala todos os que aplicam)

Roubo Agressão Vandalismo Fugas de casa/escola

Outros: _____

12. Já te envolverste em comportamentos delinquentes/crimes para conseguir obter substâncias e/ou dinheiro para as comprar?

Sim Não

13. Achas que o consumo de substâncias influenciou estes comportamentos (por exemplo, ajudou a desinibir ou a ter coragem para cometer certos atos)?

Sim Não

Parte IV – Apoio e Prevenção

14. Sentes que a tua família de apoia?

Sim Não

15. Tens alguém com quem possas falar quando tens problemas?

Sim Não

16. A escola e/ou a instituição onde estas tem ajudado a evitar problemas?

Sim Não

17. Já participaste em programas ou atividades de prevenção sobre drogas ou violência?

Sim Não

18. Algum dos teus pais consome substâncias (álcool, tabaco, drogas)?

Sim Não Não sei

Se respondeste “Sim”, quais? _____

19. Tens algum familiar próximo (pais, irmãos, tios, entre outros) que já esteve preso ou teve problemas com a justiça?

Sim Não

Muito obrigado/a pela tua participação!

As tuas respostas são anónimas e serão usadas apenas para fins de estudo.

Contribuíste de forma importante para ajudar a perceber melhor os desafios enfrentados pelos jovens.

Se tiveres alguma dúvida ou quiseres falar sobre algum assunto relacionado com este tema, não hesites em pedir apoio a um adulto de confiança ou aos profissionais da tua instituição.

**Anexo F - Guião Semiestruturado para a Entrevista com os
Profissionais**

Categoria Geral	Objetivo	Perguntas
I. Introdução	Apresentar o estudo, garantir o consentimento informado, solicitar autorização para gravação e criar um ambiente confortável e ético.	<ul style="list-style-type: none"> • Agradecer a disponibilidade para participar na entrevista; • Explicação do objetivo do estudo (compreender melhor a possível relação que existe entre o consumo de substâncias psicoativas e os comportamentos delinquentes em jovens); • A participação é totalmente voluntária e confidencial, sendo que os dados recolhidos não serão associados à sua identidade; • Com o seu consentimento, gostaria de gravar esta entrevista apenas para efeitos de transcrição posterior. <p><i>Está de acordo com a gravação?</i></p> <p><i>Está disponível para continuar?</i></p>

<p>II. Percurso Profissional</p>	<p>Conhecer a trajetória profissional do entrevistado e o seu contexto de atuação com jovens.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Pode falar-me um pouco sobre o seu percurso profissional? 2. Há quanto tempo trabalha com jovens em situação de vulnerabilidade e/ ou risco? 3. Em que contextos exerce e/ ou já exerceu a sua atividade (institucional, comunitário, escolar, entre outros)?
<p>III. Observações sobre o Consumo de Substâncias</p>	<p>Obter informações sobre os tipos de substâncias mais consumidas pelos jovens e os fatores que influenciam esse consumo.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 4. Que tipo de substâncias psicoativas são mais comuns entre os jovens com quem trabalha/ já trabalhou? 5. Na sua experiência, o que leva estes jovens a começar a consumir?
<p>IV. Relação entre o Consumo e a Delinquência</p>	<p>Explorar como os profissionais percebem a ligação entre o consumo de substâncias e os comportamentos delinquentes.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 6. Acha que existe uma relação entre os consumos e os comportamentos delinquentes? Se sim, pode partilhar algum exemplo ou fundamentar a sua resposta?

		<p>7. Que tipos de comportamentos delinquentes são mais frequentes entre jovens consumidores?</p> <p>8. Considera que o consumo é a causa, consequência ou um fator que se associa à delinquência? Porquê?</p>
V. Fatores de Risco e Proteção	Identificar fatores que potenciam ou previnem a delinquência associada ao consumo.	<p>9. Quais são, na sua opinião, os principais fatores de risco neste contexto?</p> <p>10. E os fatores de proteção? O que tem funcionado com os jovens com quem trabalha?</p>
VI. Estratégias de Intervenção	Obter perceções sobre a eficácia das respostas sociais e institucionais.	<p>11. Que estratégias e/ ou respostas considera mais eficazes no trabalho que desenvolve com estes jovens?</p> <p>12. Que dificuldades tem encontrado na intervenção com jovens consumidores e/ ou delinquentes?</p>

<p>VII. Considerações Finais</p>	<p>Permitir ao entrevistado partilhar outros dados que considere relevantes.</p>	<p>13. Que mudanças sociais, políticas ou institucionais seriam, na sua opinião, importantes para lidar e/ ou combater este problema?</p> <p>14. Há mais alguma coisa que gostaria de partilhar sobre este tema?</p>
<p>VIII. Encerramento</p>	<p>Agradecer a colaboração, reforçar o valor da participação e concluir a entrevista de forma ética.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Muito obrigada pela sua disponibilidade e pelas suas partilhas, foram essenciais para entender este fenómeno; • A sua perspectiva contribuirá de forma valiosa para o desenvolvimento deste estudo; • Caso deseje receber mais informações sobre os resultados do projeto, poderei partilhar posteriormente; • Desejo-lhe a continuação de um bom trabalho e muito sucesso.